DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Publicado na Edição de 1 de setembro de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

EDITAL Nº 26-P-20539/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

EDITAL

(Proc. nº 26-P-20539/2026)

A Universidade Estadual de Campinas torna pública a abertura de inscrições para o concurso de provas e títulos para obtenção do Título de Livre Docente na(s) área(s) de Metodologia e Pesquisa em Economia, na(s) disciplina(s) CE-783 Metodologia Econômica, do Departamento de Teoria Econômica, do(a) INSTITUTO DE ECONOMIA, da Universidade Estadual de Campinas.

I – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do link https://solicita.dados.unicamp.br/concurso/ no período de 30 dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado (DOE), até às 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

1.1. Poderão se inscrever ao concurso graduados em Curso Superior, portadores do título de Doutor, conferido pelo menos três (3) anos antes da data da inscrição e que atendam ao perfil mínimo da respectiva Unidade para o nível MS-5.1.

1.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado, por meio do sistema de inscrição:

a. Título de Doutor;

b. documento de identificação (cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público);

c. exemplar da tese ou do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento;

d. exemplar do memorial contendo a formação científica, artística, didática e profissional do candidato, e, principalmente, suas atividades relacionadas com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, a saber:

d.1. títulos universitários: relação nominal de títulos universitários, relacionados com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, bem como dos diplomas ou outras dignidades universitárias e acadêmicas;

d.2. currículo lattes;

d.3. narrativa comentada da trajetória acadêmica e profissional, destacando os principais fatos da carreira;

d.4. relação dos trabalhos publicados com os respectivos resumos, no caso de não constarem os DOI no currículo lattes.

1.3. O sistema emitirá um protocolo de recebimento após o encerramento da inscrição do candidato.

1.4. Os servidores da UNICAMP ficam desobrigados de apresentar documentos pessoais que já constem nos sistemas da Universidade.

1.5. A banca do concurso poderá solicitar ao candidato informações sobre o memorial descritivo ou solicitar documentação comprobatória.

1.6. O Memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento do prazo para inscrições.

1.7. Recebidas as inscrições e satisfeitas as condições do edital, as inscrições, com toda a documentação, serão direcionadas à Unidade para emissão de parecer acerca do aceite das inscrições. A Comissão designada terá 15 dias para emitir o parecer sobre as inscrições.

1.7.1. O parecer que analisa as inscrições será submetido à Congregação da Unidade, que constituirá Comissão Julgadora. Os candidatos serão notificados por Edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a respeito da composição da Comissão Julgadora e da fixação do calendário de provas, que será publicado no DOE após a aprovação das inscrições pela Congregação da Unidade.

1.8. Indeferido o pedido de inscrição, caberá pedido de reconsideração à Congregação da Unidade, até 48 horas após a publicação do indeferimento.

1.9. Mantendo-se o indeferimento pela Congregação da Unidade, caberá recurso à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário, até 48 horas após a publicação do indeferimento do pedido de reconsideração.

II - DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora do concurso será constituída de 5 (cinco) membros aprovados pela Congregação da Unidade, entre especialistas de renome na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, 2 (dois) dos quais pertencerão ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 ou MS-5, em exercício na Universidade, e os 3 (três) restantes escolhidos entre professores dessas categorias ou de categorias equivalentes pertencentes a estabelecimentos de ensino superior oficial ou profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do País ou do exterior.

2.1. A Comissão será presidida pelo Professor da Universidade de maior categoria ou, quando de igual categoria, pelo mais antigo no cargo ou função.

III - DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I. Prova de Títulos; (Peso 1,5)

II. Prova de Arguição da tese ou do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento;(Peso 1,5)

III. Prova Didática; (Peso 1)

3.1. A Prova de Títulos consistirá na avaliação pela Comissão Julgadora, com base no memorial apresentado, dos títulos do candidato, emitindo parecer circunstanciado em que se realce sua criatividade na ciência, nas artes ou humanidades e suas competências como professor e orientador de trabalhos.

3.1.1. No julgamento de títulos será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

a. Atividades acadêmicas e profissionais do candidato relacionadas com a área do concurso;

b. Títulos universitários;

c. Diplomas de outras dignidades universitárias e acadêmicas e

d. Outras contribuições.

3.2. A tese a ser defendida pelo candidato deverá basear-se em trabalho de pesquisa original. No caso de o candidato optar pela apresentação do conjunto de sua produção científica, artística ou humanística, realizada após o doutoramento, este conjunto de trabalhos será organizado de modo a demonstrar a capacidade crítica do candidato, bem como a originalidade de suas pesquisas.

3.2.1. A Comissão Julgadora procederá à arguição do candidato em relação à tese ou o conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento.

3.3. Na prova didática o candidato fará uma exposição sobre tema de sua livre escolha, dentre aqueles constantes do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade, publicado no edital, devendo revelar cultura aprofundada no assunto.

3.3.1 Compete à Comissão decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

3.3.2. A prova didática terá a duração de 50 a 60 minutos e nela o candidato desenvolverá o assunto escolhido, vedada a leitura do texto da aula, mas facultando-se o emprego de recursos pedagógicos de sua escolha.

3.4. Caso o concurso seja realizado de forma remota, todas as sessões públicas serão gravadas com uso de tecnologia disponível nas unidades e arquivadas junto à Direção da unidade por no mínimo 6 (seis) meses após a homologação dos resultados pela CEPE.

3.4.1. A gravação de que trata o 'caput' poderá ser disponibilizada na íntegra ou em partes, mediante solicitação formal protocolizada junto à Direção da unidade responsável pelo concurso e assinatura de termo de responsabilidade pela guarda das informações e proibição de divulgação do todo ou de partes de seu conteúdo.

3.4.2. As etapas do concurso que ocorrerem de forma remota serão suspensas caso ocorra problema técnico que impeça a participação adequada de algum examinador ou candidato.

3.4.3. Ocorrendo um problema técnico durante a realização de uma etapa, esta deverá ser retomada a partir do estágio em que ocorreu o referido problema.

3.4.4. As razões da interrupção deverão estar registradas em ata, bem como a decisão da Comissão quanto às condições e prazo de retomada, incluindo a necessidade de se postergar o calendário inicialmente divulgado.

IV - DO JULGAMENTO DAS PROVAS

4. Cada examinador atribuirá notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada uma das provas.

4.1. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas por ele atribuídas às provas.

4.2. Os candidatos que alcançarem, de 3 (três) ou mais examinadores, a média mínima 7,0 (sete), serão julgados habilitados à Livre-Docência.

4.3. Os membros da Comissão Julgadora emitirão o julgamento no mesmo dia da realização de cada prova mencionada no item III deste edital.

4.4. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, emitirá um parecer circunstanciado, único e conclusivo, sobre o resultado do concurso que será submetido à aprovação da Congregação da Unidade.

4.5. Caso o concurso seja realizado de forma remota, o parecer emitido pela Comissão Julgadora poderá ser assinado de forma eletrônica (e-mail) ou mediante assinatura digital, devendo todos os documentos pertinentes ao concurso ser anexados aos autos correspondentes.

4.6. O parecer da Comissão Julgadora só poderá ser rejeitado pela Congregação, por erro formal de procedimento, mediante o voto da maioria absoluta dos membros.

4.7. A ciência da tabela de notas e da ata pelos candidatos será realizada de forma eletrônica, por meio de usuário e senha gerada especificamente para essa finalidade.

4.8. Todas as ocorrências observadas durante o concurso deverão ser registradas em ata elaborada pela Comissão Julgadora.

4.9. O resultado final do concurso para Livre-Docente, devidamente aprovado pela Congregação do(a) Instituto de Economia, será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, com posterior publicação no D.O.E.

V - DO RECURSO

5. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

VI – DA LEGISLAÇÃO

6. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-60/2020 e Deliberação CONSU A-22/2014 que estabelece o perfil de Professor Associado I (MS-5.1) do(a) Instituto de Economia.

PROGRAMA DA DISCIPLINA

1. A metodologia econômica como área de pesquisa

2. Um século de metodologia econômica: de Mill a Friedman

3. Popper, Kuhn e Lakatos na metodologia econômica

4. A guinada sociológica

5. A guinada retórica

6. A guinada ontológica

7. Relação entre teorias, modelos e realidade

8. Novas abordagens ao comportamento econômico

9. Ética e economia

BIBLIOGRAFIA

Angner, Erik e Loewenstein, George (2012) “Behavioral economics”. In: Mäki, Uskali (ed.) Handbook of

philosophy of science, vol. 13: Philosophy of economics. Amsterdam: Elsevier, pp. 641-689.

Backhouse, Roger (2009) “Methodology of economics”. In: Durlauf, Steven N.; Blume, Lawrence E. (eds.)

The New Palgrave Dictionary of Economics. 2a ed. (8v.). Nova York: Palgrave Macmillan, v. 5, pp.

590-593.

Backhouse, Roger E. (2012) “The rise and fall of Popper and Lakatos in economics”. In: Mäki, Uskali (ed.)

Handbook of philosophy of science, vol. 13: Philosophy of economics. Amsterdam: Elsevier, pp. 25-

48.

Blaug, Mark (1992) The methodology of economics: or, how economists explain. 2a ed. Cambridge:

Cambridge University Press.

Boldyrev, Ivan e Svetlova, Ekaterina (2016) “After the turn: how the performativity of economics matters”.

In: Boldyrev, I. A. e Svetlova, E. (eds.) Enacting dismal science: new perspectives on the

performativity of economics. Basingstoke e Nova York: Palgrave Macmillan, pp. 1-27.

Boumans, Marcel e Davis, John B. (2016) Economic methodology: understanding economics as a science.

2a ed. Nova York: Macmillan International e Red Globe Press.

Caldwell, Bruce J. (1991) “Clarifying Popper”. Journal of Economic Literature, v. 29, n. 1, pp. 1-33.

Davis, John B. (2016) “Economist’s odd stand on the positive-normative distinction: a behavioral

economics view”. In: DeMartino, G. F. e McCloskey, D. N. (eds.) The Oxford Handbook of

Professional Economic Ethics. Nova York: Oxford University Press, pp. 200-218.

Davis, John B. (2017) “Is mainstream economics a science bubble?” Review of Political Economy, v. 29, n.

4, pp. 523-538.

Dow, Sheila C. (2002) Economic Methodology: an Inquiry. Oxford: Oxford University Press.

Earl, Peter E. (1990) “Economics and psychology: a survey”. Economic Journal, v. 100, n. 402, pp. 718-755.

Friedman, Milton (1953) “The methodology of positive economics”. In: Essays in positive economics.

Chicago: University of Chicago Press, pp. 3-43.

Fucidji, José Ricardo e Neris Jr., Celso (2026) “Another Look at Wesley C. Mitchell Economic

Methodology”. Journal of Economic Issues, v. 60, n. 2, no prelo.

Godfrey-Smith, Peter (2003) Theory and reality: an introduction to the philosophy of science. Chicago:

University of Chicago Press.

Guala, Francesco (2012) “Experimentation in economics”. In: Mäki, Uskali (ed.) Handbook of philosophy of

science, vol. 13: Philosophy of economics. Amsterdam: Elsevier, pp. 597-640.

Hands, D. Wade (1993) “Popper and Lakatos in economic methodology”. In: Mäki, Uskali; Gustafsson, Bo e

Knudsen, Christian (eds.) Rationality, institutions and economic methodology. Londres: Routledge,

Este documento pode ser verificado pelo código 2026.08.31.1.3.43.2.26.6.2089038 em https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

pp. 61-75.

Hands, D. Wade (2001) Reflection without rules: economic methodology and contemporary science theory.

Cambridge: Cambridge University Press.

Hands, D. Wade (2012) “The positive-normative dichotomy and economics”. In: Mäki, Uskali (ed.)

Handbook of philosophy of science, vol. 13: Philosophy of economics. Amsterdam: Elsevier, pp.

219-239.

Hausman, Daniel M. (1994a) “Introduction”. In: The philosophy of economics: an anthology. 2a ed.

Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-50.

Hausman, Daniel M. (1994b) “Kuhn, Lakatos and the character of economics”. In: Backhose, Roger E. (ed.)

New directions in economic methodology. Londres: Routledge, pp. 197-217.

Hausman, Daniel M. e McPherson, Michael S. (2006) Economic analysis, moral philosophy and public

policy. Cambridge: Cambridge University Press.

Heukelom, Floris (2011) “Behavioral economics”. In: Davis, John B. e Hands, D. Wade (eds.) The Elgar

companion to recent economic methodology. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 19-38.

Hoover, Kevin D. (1995) “Why does methodology matters for economics?” Economic Journal, v. 105, n.

430, pp. 715-734.

Keynes, John Neville (1891) The scope and method of political economy. 4ª ed. Nova York: Kelley &

Millman Inc., 1966.

Kuorikoski, Jaakko and Ylikoski, Petri (2012) “How to be critical and realist about economics”. In: Lehtinen,

A.; Kuorikoski, J.; e Ylikoski, P. (eds.) Economics for Real: Uskali Mäki and the place of truth in

economics. Londres: Routledge, pp. 255-273.

Lawson, Tony (1997) Economics and reality. Londres: Routledge.

Lawson, Tony (2015) “A conception of ontology”. In: Pratten, Steven (ed.) Social ontology and modern

economics. Londres: Routledge, pp. 19-52.

Este documento pode ser verificado pelo código 2026.08.31.1.3.43.2.26.6.2089038 em https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

Mäki, Uskali (1989) “On the problem of realism in economics”. Ricerche Economiche, v. 43, n. 1-2, pp. 176-

198.

Mäki, Uskali (2001) “Economic ontology: what, why, how?” In: Mäki, U. (ed.) The economic world view:

studies in the ontology of economics. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-14.

Mäki, Uskali (2009) “Reading the methodological essay in twentieth-century economics: map of multiple

perspectives”. In: The methodology of positive economics: reflections on the Milton Friedman

legacy. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 47-67.

McCloskey, Donald N. (1983) “The rhetoric of economics”. Journal of Economic Literature, v. 21, n. 2, pp.

481-517.

McCloskey, Deirdre N. (2002) “You shouldn't want a realism if you have a rhetoric”. In: Mäki, Uskali (ed.)

Fact and fiction in economics: models, realism and social construction. Cambridge: Cambridge

University Press, pp. 329-341.

Morgan, Mary S. (2012) The world in the model: how economists work and think. Cambridge: Cambridge

University Press.

Neris Jr., Celso e Fucidji, José Ricardo (2020) “Economic theory and (ontological) reductionism: some

pitfalls in the road of the microfoundations project”. Brazilian Keynesian Review, v. 6, n. 2, pp.

197-214.

Neris Jr., Celso; Fucidji, José R.; e Almeida, Rafael G. de (2021) “The performativity thesis and the

interactions between economic theories and social reality”. Nova Economia, v. 31, n. 2, pp. 487-

510.

Neris Jr., Celso e Fucidji, José R. (2026) “Wesley C. Mitchell on value judgements in economics” (mimeo).

Reiss, Julian (2013) Philosophy of economics: a contemporary introduction. Londres: Routledge.

Santos, Ana C. (2011) “Experimental economics”. In: Davis, John B. e Hands, D. Wade (eds.) The Elgar

Este documento pode ser verificado pelo código 2026.08.31.1.3.43.2.26.6.2089038 em https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

companion to recent economic methodology. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 39-60.

Sen, Amartya (2013) Sobre Ética e Economia. São Paulo: Companhia das Letras.

Este documento pode ser verificado pelo código 2026.08.31.1.3.43.2.26.6.2089038 em https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).